



BOLETIM INFORMATIVO – JULHO 2020

Edição nº. 09 - Ano 26 - CRC/RS 3.112

PRONAMPE

A Receita Federal iniciou o envio de comunicado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), através da mensagem enviada com a informação do valor da receita bruta, com base nas declarações enviadas ao fisco, para viabilizar a análise à linha de crédito do **PRONAMPE**. O objetivo é facilitar o acesso destas empresas ao crédito. Para tanto, esse comunicado vai permitir que o banco confirme a receita bruta declarada pelas empresas e aprovação do empréstimo.

Sobre o programa:

As microempresas e as empresas de pequeno porte possuem essa nova linha de crédito em meio à crise do Covid-19, pela Lei nº13.999/2020 pelo Governo Federal, que estabelece o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE).

O PRONAMPE é destinado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que tiveram receita bruta total no exercício de 2019 de até R \$ 4.800.000,00. Os microempreendedores individuais (MEI) também estão incluídos. Nesse grupo estão também as empresas do Lucro Presumido e do Lucro Real, desde que se enquadrem no limite de faturamento.

Valor do crédito:

Essa linha permite que as empresas tomem créditos de até 30% da receita bruta anual calculada com base no exercício de 2019, se a empresa tiver menos de 1 ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou a até 30% da média de seu faturamento mensal apurado desde o início de suas atividades.

Condições de contratação:

- assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado em 19 de maio, no período compreendido entre a data da contratação da linha de crédito e o sexagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito;
- os recursos recebidos pelo PRONAMPE servirão ao financiamento da atividade empresarial e poderão ser utilizados para investimentos e para capital de giro, não podendo ser a destinação para distribuição de lucros entre os sócios.

Taxa de Juros:

A taxa de juros anual é igual a taxa básica Selic de 3,00% + 1,25% ao ano = 4,25%

Prazo de Adesão ao Pronampe:

As instituições financeiras participantes poderão formalizar operações de crédito no âmbito do Pronampe até 3 (três) meses após a entrada em vigor da Lei 13.999/2020, portanto até 17 de agosto de 2020, prorrogáveis por mais 3 (três) meses.

NF-E: RECEITA ADIA PARA SETEMBRO FIM DO ACESSO DE TERCEIROS AOS DADOS

A Receita Federal publicou a decisão de adiamento do fim do acesso aos dados no Diário Oficial desta segunda-feira.

A Receita Federal adiou para 1º de setembro o início da proibição do acesso de terceiros aos dados da Nota Fiscal Eletrônica. A decisão foi publicada hoje no Diário Oficial da União, por meio da Portaria nº 1.079/2020

A proibição foi publicada em março deste ano, na Portaria nº 519, a qual determinava que a partir de 1º de abril de 2020 terceiros seriam impedidos de acessar os dados da NF-e.

Mas, em maio último, a Portaria nº 849/2020 revogou a Portaria nº 519, adiando para 1º de julho a proibição ao acesso de terceiros aos dados e informações da NF-e. E, agora, a Receita Federal prorroga mais uma vez essa medida.

O que muda na prática:

O impacto da novidade no dia a dia, é que muda a redação da Portaria RFB nº 2.189/2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações da NF-e, a qual é muito utilizada pelos escritórios de Contabilidade para a importação de arquivos e cálculo de impostos.

Diante desse cenário, a partir de setembro, o acesso aos dados da Nota estarão limitados e por isso os profissionais da Contabilidade precisarão encontrar outro mecanismo para obter as informações necessárias para a realização de seus serviços. Fonte Contábeis

ACESSO AO PORTAL E-CAC ATRAVÉS DO GOV.BR

A partir do dia 2 de julho o acesso ao Portal e-CAC por meio do certificado digital precisará de cadastro prévio e atribuição do respectivo selo de confiabilidade no Portal Gov.br.

Você já pode criar a sua conta e atribuir o selo no Portal Gov.br, no endereço <https://acesso.gov.br/>

Após a conta criada, o acesso ao Portal e-CAC será da seguinte forma: ao entrar no e-CAC, você será direcionado para o Portal Gov.br onde fará o acesso com certificado digital ou CPF/Senha.

O diagrama ilustra o processo de acesso ao Portal e-CAC através do Gov.br. À esquerda, a interface do e-CAC (Centro Virtual de Atendimento) apresenta campos para CPF/CNPJ, código de acesso e senha, com um botão "Entrar com gov.br" destacado por um retângulo vermelho. À direita, a interface do Gov.br mostra a opção de acesso com o "Número do CPF" e um botão "Avançar", além de opções de autenticação como "Certificado digital" e "Certificado digital em nuvem", também destacados por retângulos vermelhos. Uma seta vermelha indica o fluxo de navegação entre as duas telas.

Essa mudança na forma de autenticação não implicará qualquer alteração nas procurações digitais (Procuração Eletrônica e Procuração RFB) que permanecerão válidas, porém, para ter acesso a essa funcionalidade, é necessário efetuar o login no Gov.br por meio do certificado digital ou certificado em nuvem e possuir selo de confiabilidade do tipo Certificado Digital.

EC 103/2019 - BENEFÍCIOS DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Aposentadoria por tempo de Contribuição pela Regra de Pontos - Art. 15 da Reforma.

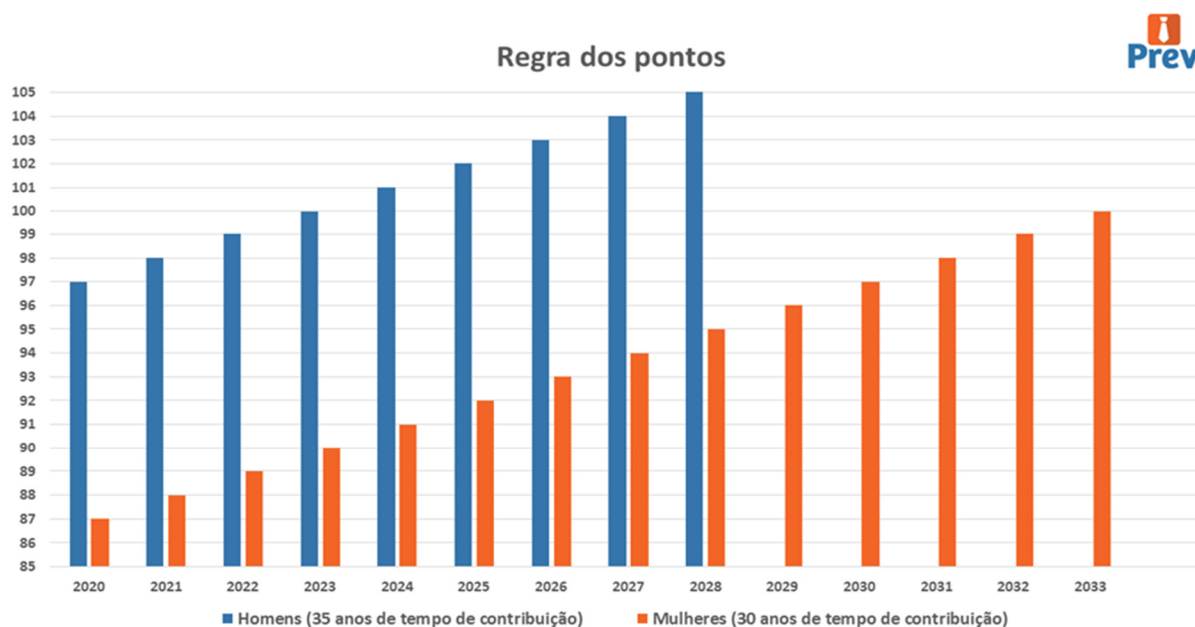
Requisitos cumulativos:

- 30 anos de contribuição para mulheres e 35 anos de contribuição para homens
- 86 pontos para mulheres e 96 pontos para homens, sendo a pontuação composta pela soma de tempo de contribuição com a idade dos segurados.

Forma de cálculo:

Regra Geral de 60% da média de todos salários de contribuição a partir de julho de 1994 + 2% a cada ano que exceder 20 anos de TC para homem e 15 anos para mulher.

Percebe-se que a antiga regra dos pontos permitia a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição sem incidência do fator previdenciário. A partir de 2020 passou a ser uma situação de concessão de aposentadoria, sendo que o requisito dos pontos é progressivo até atingir 100 e 105 pontos para mulheres e homens, respectivamente. Esta progressividade pode ser melhor compreendida pelo gráfico abaixo:



Fonte: Previdenciária

ECD E ECF É O FOCO NO MÊS DE JULHO

Tradicionalmente os meses de maio, junho e julho têm um movimento bem cadenciado dentro das empresas. Primeiro, é feita a preparação e entrega da escrituração contábil digital (ECD) e, logo após, da fiscal (ECF). Mesmo que possam surgir imprevistos, essas rotinas já estão na agenda dos profissionais. O ano de 2020 com todas suas surpresas promete ser um pouco diferente também nesse quesito. A aproximação do mês de julho traz consigo a necessidade de cumprimento dessas duas obrigações no mesmo prazo, podendo gerar uma certa correria daqui para frente.

A mudança ocorreu porque assuntos vistos como mais urgentes, como alinhar a manutenção das atividades à saúde dos funcionários e sobreviver à crise que já se desenha, ocuparam a agenda das companhias nos últimos meses. A Receita Federal ouviu os pedidos e decidiu pela postergação da data de entrega da ECD, referente ao ano-calendário 2019, ainda em meados de maio. O prazo inicial de entrega era até o final daquele mês e foi prorrogado para o último dia de julho também.



Agenda das Principais Obrigações Julho/2020



DIAS	COMPROMISSOS
01/07	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de junho 2020
06/07	SALÁRIOS - JUNHO
07/07	DAE - DOMÉSTICAS GFIP - JUNHO PARCELAMENTO FGTS MP 927/2020
11/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/07/2020
13/07	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - JUNHO ICMS - COMÉRCIO - JUNHO ICMS - INDÚSTRIA - JUNHO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - MAIO
15/07	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - JUNHO
20/07	GPS - JUNHO IRF - JUNHO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - JUNHO * PRORROGADO RESPEITANDO DECRETO
21/07	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - JUNHO
22/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/07/2020
23/07	ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - MAIO ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - SIMPLES NACIONAL - MAIO
24/07	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - JUNHO COFINS - JUNHO* PRORROGADO RESPEITANDO DECRETO PIS - JUNHO* PRORROGADO RESPEITANDO DECRETO
31/07	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente julho 2020
31/07	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - JUNHO - ESTIMATIVA IRPJ - JUNHO - ESTIMATIVA
03/08	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/07/2020



Curta nossa página no Facebook e Instagram: [@visaocont](#)

VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade